



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 2

“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Prê Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(es/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJÁI – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidá – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlick: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcántara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): fernando Pedrão)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): Francine Rocha)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): José Alessandro Cândido da Silva)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): Maria José da Silva)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): MAURÍCIO PINTO DA SILVA)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogerio Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVENDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de políticas educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCENTE EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): Pierre André Garcia Pires)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): Regina Coeli Machado e Silva)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): Rosane Castilho)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): Silvio Carlos dos Santos).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): Sorinéia Goede).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): Tarcio Leal Pereira).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): Thais Weiller).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): Wanirley Pedrosa Guelfi).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): Camila Itikawa Gimenes).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): Adriana Márcia Prado de Araújo et alii).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): Patrícia Santos Fonseca et alii).

AValiação em larga escala: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): Rivanda dos Santos Nogueira et alii).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): Cláudio Renato Moraes da Silva).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): Domiciane Araújo Azevedo).

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

A APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. A APP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguay e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Bettega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

2.6. Teorias Críticas na América Latina

A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo constitucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS

Ruben Román- Universidad Catolica de Santa Fe
rubenmroman@hotmail.com



Rosane Castilho – Universidade Estadual de Goiás
rosanecastilho@ueg.br

RESUMO

A partir de uma proposta de investigação comparada, visou-se compreender os fatores que influenciam no reconhecimento das figuras de autoridade no ambiente educacional na contemporaneidade. Para tal fim realizou-se revisão bibliográfica de orientação multidisciplinar, bem como uma investigação de campo que consistiu na aplicação de um questionário dirigido a jovens do ensino médio em seis escolas de dois países distintos: Argentina e Brasil. Também foram utilizados como instrumentos de investigação as entrevistas em profundidade com os agentes sociais das escolas e sessões de grupo focal com os jovens que se apresentaram voluntariamente. A amostra consistiu em 358 jovens com idades entre 15 e 23 anos, estudantes de ensino médio de escolas de gestão pública e confessional. Neste trabalho se pode observar a contemporaneidade como um cenário marcado por profundas mudanças, intensificadas pela crise de sentido com ênfase na flexibilidade e na vivência do tempo presente. Um tempo onde as mudanças no modelo relacional tem por base uma insuficiente marcação dos papéis sociais. O descentramento do sujeito e o hedonismo ressignificado também são observados como características que afetam intensamente as dimensões éticas e o caráter político da ação dos sujeitos e das instituições. Neste cenário, a representação de autoridade, no campo educacional, para os jovens pesquisados, fica reduzida, por um lado, a uma questão de caráter anacrônico, dado seu viés conservador, e, por outro, a características e ações pontuais do adulto relativas a uma postura que denote habilidade de manejo, domínio, senso de justiça, compromisso com sua função e responsabilidade ante os demais. Desta maneira se pode observar que a autoridade, para além de ser uma referência per si, é reconhecida pelos jovens pesquisados no âmbito relacional, sendo os valores relativos ao seu reconhecimento majoritariamente apresentados como da ordem da ética e da alteridade.

Palavras-chave: juventude, autoridade, contemporaneidade, educação.

1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A questão da autoridade tem suscitado uma vasta produção teórica na atualidade. Acreditando que o modo como a autoridade é vivida e reconhecida varia de acordo com o momento histórico, político, social e religioso de uma dada sociedade, a observamos como uma categoria datada e historicamente construída. Foi a partir deste pressuposto que se deu a pesquisa realizada em 2009 e que trata dos fatores que interferem na identificação das figuras de autoridade no ambiente educacional em dois países sulamericanos (Castilho, 2010). Assim, iniciamos a discussão, objeto da atualização do tema, com ênfase na escola, instituição eleita para ancorar o desenvolvimento das considerações acerca da condição de autoridade, bem como trazendo algumas questões, que atuam em nível transversal, e que, por sua relevância, buscaremos problematizar. São elas: 1. O que queremos dizer quando falamos de internacionalização? e 2. O que queremos dizer por integração entre nós?

Sobre a primeira questão, quando tratamos da questão 'internacionalização' não recorremos à sua conceituação, ou à historicização da internacionalização do campo educacional (Caruso & Tenorth, 2011), mas a aplicação prática deste processo: por um lado, o que concerne aos conteúdos da pesquisa em si, nas escolas de ambos os países, públicas e privadas, e por outro no que concerne à parceria entre uma pesquisadora, professora universitária brasileira inscrita em um doutorado em Educação na Argentina, e um pesquisador, orientador da Tese, de nacionalidade argentina. Ambos, comportando saberes também tributários de sua cultura, regendo o trabalho que levou a essa produção.

Neste contexto, podemos falar de benefícios mútuos, de processos de co-internacionalização, cooperação, solidariedade binacional a partir de tarefas levadas a cabo em outra cultura, semelhante e diferente, que reforçam o sentido de pertença a uma realidade de integração, com ritmo distinto, com idas e vindas próprias dos movimentos nos quais se inserem sujeitos históricos e suas referências identitárias, mas que, como sujeitos inscritos neste processo, identificando sua magnitude, nos atravemos a considerá-lo irreversível. É neste sentido que fazemos menção à obra de Puiggros (2010).

Esta referência nos é cara no apoio à idéia de que a busca da integração entre nós é muito mais antiga e enraizada do que os documentos transnacionais das últimas décadas deixam entrever.

Importante considerar que este processo de co-internacionalização evidencia, quando desvelado com o devido rigor, as idiosincrasias relativas à complexidade de seu contexto. Neste bojo, cremos que uma das questões que tem sido tangenciada de maneira pouco significativa é a denominada “crise” da Educação na América Latina que, tendo como aliados os organismos multilaterais - esclarecemos que preferimos denominá-los assim e não organismos de cooperação - desde a década de setenta do século passado e tendo como marco histórico a eclosão dos golpes militares, engendraram reformas, com base em programas e políticas “de ajuste” para o setor cujo viés é francamente neoliberal.

De acordo com Gentili (2001), os denominados programas de estabilização e reforma econômica aplicados nos países latinoamericanos tinham como característica a homogeneidade, característica definidora igualmente dos programas e propostas relativas à reformas educacionais efetivadas em tais países. As malfadadas “recomendações” dos organismos internacionais, tributárias de documentos “diagnósticos” levados a cabo e tendo como ferramentas critérios pouco ou nada comprometidos com a compreensão dos contextos nos quais os processos estariam inseridos, teriam por objetivo gerar respostas “oficiais” dos países em questão acerca das ações de enfrentamento das “crises” previamente identificadas, sendo, portanto, definidoras das “políticas” destinadas aos mais distintos setores sociais.

Acerca da segunda questão – o que queremos dizer por integração entre nós? - e para reforçar as idéias de aproximação, internacionalização, ‘nostridade’, cremos que trabalhos produzidos por sujeitos de distintos países tem por resultado, em geral, estudos cujas referências estão para além de suas fronteiras territoriais. Neste sentido a defesa a esta modalidade de ação se justifica por acreditarmos que este saber construído com base em distintas referências e contextos se expande, sendo referenciado e, dado a conhecer e tendo como leitores imaginados, buscados, ou desejados, sujeitos de distintos países, nacionalidades e culturas. Isto nos co-implica, como autores e nos inscreve em um processo de co-educação no qual descobrimos aspectos de

nós, sobre o outro e sobre nós, já que os diversos autores são também leitores independentemente de sua localização geográfica. Neste caso, o nós é a força colaborativa que, atuando de forma 'nosótrica', nós aprendamos de nós e conosco pela força tributária de saberes conjuntos que, ao entramar-se, produzem algo mais de cultura, expandindo nossos horizontes, demarcando novas fronteiras que vão para além daquelas geograficamente definidas.

Assim se levou a cabo esta proposta: uma pesquisa envolvendo uma categoria social (juventude) em um locus específico (a escola) inscrita no universo cultural de dois países sul americanos (Argentina e Brasil), no ano de 2009 e tendo por objetivo compreender os fatores que influenciam os jovens estudantes brasileiros e argentinos no reconhecimento das figuras de autoridade no ambiente educacional na contemporaneidade.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS CENTRAIS

O objetivo que norteou esta pesquisa aponta para a compreensão dos fatores que influenciam no reconhecimento das figuras de autoridade no ambiente organizacional na contemporaneidade. Para tal buscamos "dissecar" três categorias fundantes desta discussão: Juventude, Autoridade e Contemporaneidade. Neste sentido nos propusemos a trabalhar a partir dos campos de saber da filosofia e da sociologia. Sabendo o campo da educação tangenciado por estes dois campos de saber, elegemos a Escola como locus privilegiado no qual tendem a se desvelar os fenômenos sociais por excelência.

A Juventude como construção social

Em seu caráter de complexidade, a juventude tem sido entendida e explicada desde distintas perspectivas, tanto em relação ao fator idade e seus atravessamentos subjetivos, quanto em relação a diferentes instituições: a família, a escola, a agremiação religiosa, os meios de comunicação. A academia, socialmente reconhecida como um espaço de construção de saberes que, por seu caráter de cientificidade e por sua suposta neutralidade, detém validade social, também colabora na construção dos elementos que compõem o universo simbólico que referencia as idéias sobre a temática da juventude (Machado Pais, 1990).

Importante frisar que sob uma multiplicidade de abordagens, assim como as distintas concepções que apontam para uma fase do ciclo vital que se localiza entre a infância e a idade adulta, até para uma categoria social que apresenta certa similitude de experiência dada a vivência em um momento particular em termos de temporalidade vivida, ou seja, sob condicionantes sócio-históricoculturais comuns, as ciências sociais vem tentando avançar na identificação de marcos conceituais pela via do desenvolvimento de distintas abordagens disciplinares, bem como de pesquisas cujas estratégias e métodos vem suscitando intenso debate. De acordo com D'Avila León (2004), as pesquisas com jovens vem valorizando as estratégias de viés qualitativo dando ênfase às subjetividades dos sujeitos investigados e viabilizando o encontro de eixos de compreensão das questões constitutivas da condição juvenil.

Sabe-se que, ao longo dos últimos trinta anos buscou-se encontrar pontos a partir dos quais o conceito de juventude pudesse ser definido. As discussões giravam ao redor das idéias relativas a um período específico da vida, uma franja de idade, uma categoria social e uma geração. Pode-se dizer que, apesar de ser um conceito esquivo, as dimensões, de alguma maneira se vinculam à dimensão de idade, marcada por uma certa singularidade e ligada a um ciclo vital que se encontra compreendido entre a infância e a maturidade, entendendo que os limites de idade devam ser interpretados com a devida cautela, atentando às excessões que, dada a conjuntura histórica e as respectivas modificações tributárias deste processo, podem apresentar-se com maior frequência.

No que tange às mudanças na conjuntura mundial e seus reflexos, importante frisar que nos anos oitenta, observou-se nos países sulamericanosum forte movimento que demandava a criação de políticas públicas que alcançassem a juventude como categoria social ativa. Para além de movimentos que exigiam a criação de políticas de proteção a esta classe populacional, faz-se necessário identificar os reais objetivos, operacionalizados por atores dos mais distintos campos, de tomar-se uma categoria social tão complexa como a juventude como campo de intensos debates e discussões em seu entorno. Há que se pensar também em termos de regulamentação de tais políticas, qual seria a magnitude da vontade política de setores governamentais

que fomentavam a discussão, porém não viabilizavam ferramentas para implementá-las de fato.

Os anos oitenta forma férteis em engendrar estratégias que viabilizassem políticas de proteção desta categoria social que, não mais sob a tutela do Estado (jovens acima dos 18 anos), demandavam ações públicas com vistas a retirá-la de um contexto de invisibilidade e desproteção. Assim, em meados da década de noventa, no Brasil, se produzem debates ao redor da temática quando os olhares se voltam para as vicissitudes da vivência do jovem entre 18 e 25 anos, relacionadas às dificuldades de inserção no mundo do trabalho, às questões estruturais relativas ao acesso e manutenção de um padrão mínimo de produtividade advindo das instituições escolares de gestão pública, à demanda por uma maior diversificação de políticas no âmbito da saúde que não apenas as de viés higienista, assim como as relativas às profundas dificuldades enfrentadas pelos jovens em estruturar seus projetos de vida.

Desta forma, as discussões que se iniciaram em distintos setores sociais de distintos países (Chile, Argentina, Brasil e Colômbia) se baseavam na idéia de que o produzido até então e relativo a esta parcela populacional, sob a referência da defesa dos direitos centrados nos princípios de proteção e tutela, apresentavam-se insuficientes na atenção relativa a este grupo particular, demandando não só a ampliação do conceito de juventude como também uma melhor distinção relativa aos diferentes segmentos de uma mesma categoria, a fim de refletir e promover possibilidades de intervenção nas questões no que concerne às dificuldades singulares de cada segmento que a compõe, dado o caráter ampliado desta categoria social.

Por outro lado, Szulic & Kuasñosky (2008) questionaram o interesse ante os jovens sugerindo que a transformação dos mesmos em objeto de políticas públicas respondem a uma demanda social que, tributária do recorte dado pelos mass media, os observa como categoria social que reflete o perigo e a ameaça, assim propõem que “a análise da relação Estado-juventude deve ser localizada no marco de uma nova morfologia social que expõe novos conflitos e dilemas de integração” (p. 228)

Ao fim e ao cabo informamos que, na pesquisa realizada e ora apresentada, nos propusemos a trabalhar a representação de juventude como uma categoria socialmente construída e engendrada como um período intermediário,

tributária, em sua origem, do fenômeno de industrialização e alimentada pelo desenvolvimento do capitalismo que, ao promover a emergência de novas categorias sociais, permite visualizar a emergência de novas práticas sociais, não obstante saibamos que a produção científica organizada em torno de uma temática também representa, tentando olhar através de seus interstícios, os embates políticos no interior do campo acadêmico, onde cada pesquisador ou grupo, luta por posicionar seus referenciais relativos ao desenvolvimento científico, buscando para si um lugar no 'pódio', onde possa ser especialmente admirado e referenciado por outros. Não há dúvida de que há um tanto de exibicionismo no campo acadêmico, mas a despeito deste narcisismo ser observado como prejudicial, as agências de fomento parecem alimentar perversamente este tipo de competição, daí a necessidade de "filtrar" os autores com base em algum nível de identificação com suas premissas e proposições.

Alpizar & Bernal (2003), afirmam, a partir das idéias expressas por Bonder (2000), ser importante reconhecer que, inevitavelmente, as produções acadêmicas relativas à temática da Juventude "também expressam os medos, a inveja, o voyeurismo, a idealização e a nostalgia dos adultos a quem vinculam a esta fase da idade como algo simultaneamente estranho e familiar" (p.22). Sobre os possíveis recortes relativos ao tratamento dados e a apresentação dos resultados de um trabalho, acrescentam: "Sem dúvida, este vínculo também desempenha importante papel na definição das suas características e, sobretudo, em sua interpretação. (Ibid.)

Inspirações para pensar a Autoridade

Com o objetivo de compreender os fatores que influenciam no reconhecimento das figuras de autoridade no ambiente educacional, fez-se necessário problematizar a temática autoridade trazendo as contribuições de Arendt. Sabe-se que desde os tempos imemoriais identifica-se a existência de figuras de autoridade, ainda que a proposta de legitimar sua representação sob o viés da criação de uma idéia distinta da categoria 'poder' seja tributária das premissas da civilização greco-romana. Na atualidade podemos conceber a autoridade como um princípio que está estreitamente relacionado à uma hierarquia de funções, identificada como legítima. É, por assim, dizer, uma

relação de desigualdade autorizada ante as reconhecidas qualidades de um sujeito ou instituição frente a um determinado grupo social que toma para si as funções relacionadas à concretização de ações no sentido do bem comum.

De acordo com Arendt (1960/1992^a), a relação de autoridade é sempre uma relação conservadora no sentido de que supõe a força do zelo ao passado. Sugere uma relação assimétrica com os sujeitos onde essa assimetria é requerida como uma condição para a adesão. Neste sentido, representa a desigualdade legítima que provêm, entre outros aspectos, da legitimidade das instituições e da hierarquia que as preside. A autora, no texto “O que é autoridade?” expressa sua preocupação pela crescente e profunda crise de autoridade observada na contemporaneidade, assinalando, desde a incompreensão do termo, até a preocupação com os rumos tomados pela história da modernidade, relativos a uma crise de base e natureza políticas.

Para a autora, o sintoma mais significativo da crise, iniciada pelo movimento de ruptura com a autoridade tradicional, é sua expansão até o campo da educação, onde se observa pela derrubada da idéia de autoridade como imperativo natural. Isto, aparentemente se daria, segundo a autora, com o objetivo de defender e organizar um espaço comum para além da manutenção de um modelo de gestão não muito bem compreendido nas instituições educativas: o modelo democrático. Para refletir sobre a temática, a autora parte da idéia de que a resposta sobre o que seja autoridade não resida apenas no exercício da definição de sua natureza, senão na busca das fontes relativas ao que tem representado, historicamente, a autoridade, resgatando sua força e seu significado e, por outra via, pelo exercício dialético, tentar descobrir o que a autoridade jamais foi na história da humanidade.

Acerca do que denominou “moderna perda de autoridade” (pág. 102), a autora sustenta que a idéia a partir da qual a autoridade é um referencial fundamental ao sujeito por seu poder de proporcionar uma sensação de estabilidade e permanência dada por sua base nos alicerces firmados no passado. Assim, a perda de autoridade representaria, de acordo com a autora, “a perda do fundamento do mundo” (pág.105). Ainda de acordo com a autora, as mudanças ocorridas em um ritmo cada vez mais constante engendrariam uma condição de instabilidade e insegurança humanas próprias de um universo prometeico.

Ainda tratando dos campos de constituição dos conceitos relativos à modernidade a autora, por crer na liberdade como um dos fundamentos da vida em comum (de ordem coletiva) a autora propõe uma reflexão sobre a necessidade de reconstrução/recriação dos espaços públicos, espaços simbólicos da ação e da palavra humanas como condição para o exercício pleno da liberdade. Estes espaços também permitiriam a construção e a manutenção da autonomia que, longe de ser um conceito distanciado que remete o sujeito ao campo de seus direitos individuais, implica na submissão a uma lei comum, estando assim, ligada irremediavelmente ao conceito e à condição de liberdade. Ao fim e ao cabo conclui-se, pela via das discussões propostas pela autora que liberdade, autonomia e autoridade são, para a autora, categorias da ordem da ação política como ferramenta a partir da qual os sujeitos possam, de forma plena, exercer sua condição humana.

A Contemporaneidade como tempo de legitimação da polissemia

Acerca desta categoria de compreensão social, cremos que refletir sobre um tempo denominado contemporaneidade implica na busca por identificar suas características mais pregnantes e as mudanças levadas a cabo neste tempo histórico, buscando compreender os processos que estruturam e dinamizam estas mudanças e reconhecendo o seu estatuto político. Ao colocar ênfase em seu potencial, assim como em suas fragilidades, busca-se delinear, observando a dimensão simbólica da realidade contemporânea, os elementos a partir dos quais se expressa o imaginário coletivo (Bauman & Tester, 2001).

As mais recentes discussões das Ciências Sociais apontam para a idéia de que há, na contemporaneidade, um movimento de apagamento das bordas sociais levando-nos a pensar que, quanto mais as sociedades debilitam seus vínculos éticos e quanto mais plurais são as formas de vida, mais se desintegram as possibilidades de empreender relações que tenham por base as figuras de autoridade de molde tradicional. A escola é um destes campos onde se observa, claramente, o vácuo produzido pela magnitude das mudanças tributárias deste “espírito dos tempos”. Uma das discussões que atravessa o centro dos debates sobre a função social da escola diz respeito à idéia, fortemente consubstanciada por um viés de leitura, de que a mesma foi, paulatinamente, perdendo o seu valor social em função da constatação de seu

caráter de debilidade no que se refere à produção de melhorias significativas nos processos que regem sociedade contemporânea. Nesta linha também se inserem as teses relativas à escola como uma instituição que trabalha, por ação ou omissão, no fortalecimento e na acentuação das desigualdades sociais.

Podemos perguntar se a escola, em ambos os países aqui discutidos perdeu o norte axiológico que a constituiu, que guiou a sua prática modernizadora, que a levou a tratar de cumprir o seu mandato fundacional frente a uma ordem relacionada a representações de autoridade advindas dos estudantes e que reconhece uma ruptura cultural / geracional, o que deveria levar a instituição social escola a buscar um novo norte, na tentativa de distanciar-se deste mar de múltiplas vozes, cujas ondas de forte viés polissêmico a veem arrastando nas últimas décadas.

Isso nos leva a outros questionamentos: se a escola perdeu o seu norte, se a ordem é dada por representações outras, tributária do que se pode denominar nova cultura juvenil, qual o lugar dos espaços de educação formal na formação dos sujeitos jovens que a sociedade lhes confia? Este é também um questionamento acerca da missão desta instituição social.

Se os jovens são socializados por agentes de socialização cuja função é legitimada nos últimos vinte / trinta anos, se sua busca por localização se encontra entre o antes e o agora, em um presente onipotente, entre o espaço real e virtual, voltamos a nos perguntar se a escola deveria repensar as práticas educativas em resposta a uma dimensão filosófica mais do que a uma dimensão didática, com uma encarnadura situacional?

García Canclini, sociólogo e antropólogo argentino / mexicano, definiu como "glocal" uma combinação de sinais/signos que vimos descrevendo, compreendendo-os como da ordem da interdependência e da interpenetração das realidades locais e globais às quais os jovens são submetidos na contemporaneidade (Garcia Canclini, 1995, 2001a, 2001b e 2002). Em uma linha paralela pensamento, Mignolo (2002a, 2002b, 2003, 2005), a partir de perspectiva pensamento de viés pós-colonial, busca levantar o impacto da globalização, assinalando também uma certa força do referencial local nos jovens latinoamericanos, introduzindo a idéia de 'descolonização' para a análise possível das mudanças pelas quais estão atravessando estes sujeitos

na observância de paradigmas que ponham em cheque as condições de pertencimento e identidade.

Ainda neste viés de observação nos interrogamos acerca de uma possível definição de “qualidade do ensino”, inscrita nos processos administrativos/educativos levados a cabo pelas instituições, se estes apontar e para a formação humanística destes sujeitos, apontando para o desvelamento das consciências dos mesmos como cidadãos plenos, se a instituição, diante da irrupção da violência em seu interior trabalha na construção de posturas que visem a convivência pacífica como tributária de ações que reconheçam os distintos atores sociais inseridos nesta instituição. Este processo lento e dolorosamente construído no cotidiano não exclui o preparo para o mundo do trabalho, do qual as instituições estão ocupadas para responder a algumas das demandas sociais. Ao contrário, deve precedê-lo.

Alvarez-Uria (1999), ao discutir as mudanças no sistema educacional na América Latina, determinadas por suas fortes conexões com o sistema produtivo, comenta que "sob a ficção da unidade e da igualdade" se ocultam na escola distintas redes de socialização, que, assumindo o modelo de ensino do sistema, contribuem na reprodução da ordem social vigente, e "escola pública, tal como concebida pelos poderosos, se instituiu em um bastião de manutenção desta ordem" (p.87.) O autor relata que, durante a 60 e 70, o foco das discussões girava em torno da questão da organização e do funcionamento das instituições de ensino em termos de sua função social, já que a adesão de grande parte da população mundial às estratégias, recursos e ferramentas do capitalismo de consumo era visto como um fenômeno irreversível.

Ante desafios de diferentes ordens, a escola é questionada, externamente, quanto ao desempenho de um dos seus principais papéis: a transmissão de conteúdos considerados socialmente necessários na formação de sujeitos. Aqui esclarecemos que, não obstante pensemos que a transmissão é apenas uma das funções delegadas à escola, faz-se necessário refletir sobre papéis obscurecidos, por sua função de molde operacional, como o de acompanhar os estudantes no processo de aperfeiçoamento relativo a saberes tributários não apenas dos conhecimentos dados, mas relativos a sua

capacidade de produzir saberes a partir destes conhecimento dado no processo de aprendizagem. A isto chamamos “capacidade de pensar”.

É neste cenário que se discute a formação realizada na e pela escola, cujas críticas vão desde a carência em contemplar os conteúdos de caráter filosófico e relativos a princípios éticos, necessários à construção de um conceito mais amplo de cidadania, ou seja, princípios que contemplem a observância de valores, sentidos e significados que permitam o seu amplo reconhecimento, até a crítica relativa a um recorte específico no qual a instituição educativa viria a priorizar um molde estrutural funcionalista que tenha por objetivo preparar os alunos no atendimento das demandas de ordem meramente técnica e instrumental .

Cabe acrescentar que este aparente declínio na observância de valores, talvez esteja desenvolvendo um outro aspecto da contemporaneidade, que seria aquele que permite o desenvolvimento de distintos valores, distintas escalas de referência. Podemos observar partindo da análise de alguns dos princípios básicos norteadores do que se denominou modernidade e da magnitude das mudanças observadas na contemporaneidade, que estas novas referências que, em seu bojo, produzem novas discussões acerca das questões intergeracionais, vem demandando novas atitudes e valores relativos às instituições de ensino, que, compreendendo a comunidade educativa em seu conjunto, venha a configurá-la em um espaço mais humanizante e humanizador.

3. METODOLOGIA

De acordo com Azar & Silar (2006), ao expor uma proposta de investigação como meio de contribuições a possíveis mudanças na realidade, faz-se necessário ter em conta, como tarefa primordial, a delimitação do que se entenda por investigação, assim como os sentidos, significados e efeitos colaterais que todavia possam vir a repercutir na vida pessoal do investigador, já que, segundo os autores, seja ela profunda, breve ou prolongada, a tarefa de investigação pode implicar numa vertiginosa mudança acerca dos referenciais que norteiam a sua visão de mundo.

Iniciamos buscando, etimologicamente, o significado do termo investigação que deriva do termo *aléthia* que vem a representar o desvelar de um sentido

”um vestígio de algo que se supõe verdadeiro e que ficou, em certa medida, oculto em um determinado campo de saber” (pág. 23). Não obstante saibamos que o significado etimológico responde apenas em parte às demandas relativas à compreensão do termo, buscamos em sua contextualização outros recursos para o seu entendimento pleno. Sabe-se que o impacto sofrido pela sociedade contemporânea colocou em marcha mutações de tal magnitude que se observam transformações radicais nos paradigmas político-econômico- social, assim como intensas modificações na religião e na ciência demandando transformações em seus marcos conceituais. Desta forma é necessário ter em conta que, na contemporaneidade , a ciência, assim como todos os outros campos encontra-se em um momento crítico: o de refletir, como nos informam os autores, sobre a sua própria razão de ser onde questionamentos sobre seu caráter intrínseco, ou seja, seu significado epistemológico, ocupam longos debates no interior da sociedade científica.

A partir destes pressupostos realizamos a pesquisa de campo, realizada em 2009, e representativa de um estudo analítico-crítico a partir de uma amostra de jovens estudantes do ensino médio em Goiânia (Brasil) e Santa Fé (Argentina) sobre as representações de figuras de autoridade eleitas como modelos de identificação. O método consistiu em uma discussão à luz da dialética proposta por Hegel, na qual os fatos são tomadas observando-se os eixos psicológico, social, político e econômico, permitindo, assim, uma interpretação dinâmica dos mesmos. Para sua realização, adotou-se as metodologias quantitativa e qualitativa. Esta eleição deu-se por reconhecer que a investigação qualitativa oferece recursos no alcance da profundidade dos fenômenos, já que, de forma compreensiva, busca o que subjaz ao fenômeno tendo em conta sua complexidade e particularidades. Se a investigação quantitativa se aplica à dimensão mensurável da realidade, produzindo resultados passíveis de generalização e auxiliando no delineamento de ações coletivas nos parece uma importante ferramenta na busca pelo alcance de respostas representativas do universo investigado.

A partir destes aportes, procedemos a uma investigação, de tipo exploratória, na forma de estudo de caso enfatizando sua natureza, seu histórico e seu contexto para, posteriormente, aproximar seus dados a outros estudos de natureza similar. Em outras palavras, com as ferramentas

conceituais em mãos e com uma mais profunda visão acerca do cenário social delineado na atualidade, realizamos a investigação de campo cujos instrumentos se prestaram tanto a promover um conhecimento objetivado tanto da identidade social dos jovens (levantados a partir dos dados relativos a idade, gênero, condições familiares e de trabalho, para além dos indicadores dos sentidos atribuídos à escola e à questão da autoridade propriamente dita), quanto à busca por decifrar os discursos dos jovens, assim como dos distintos atores sociais que operam no campo educativo nos mais distintos segmentos.

Dados relativos à pesquisa de campo:

Universo de análise e amostra: a pesquisa foi realizada em dois países: Brasil (Goiânia, estado de Goiás) e Argentina (Santa Fe, província de Santa Fe) com ênfase na participação de distintos atores sociais inscritos no ambiente escolar (alunos, professores, diretores, coordenadores, psicopedagogos e equipe técnico-administrativa):

a) Alunos: 358 de seis distintas escolas em dois países sulamericanos;

b) Equipe escolar: 18 sujeitos de distintas funções, em seis distintas escolas;

Neste caminho, utilizamos estratégias de viés comparativo que nos foram oferecendo regularidades, interrupções, similitudes acerca dos grupos investigados.

Os instrumentos utilizados forma os questionários, as entrevistas em profundidade e as sessões de grupo focal. Estes instrumentos foram assim definidos:

Instrumento 01: Questionário envolvendo 358 alunos do ensino-médio de seis escolas previamente escolhidas dadas as similaridades relativas às características/ critérios definidos no delineamento da pesquisa.

Instrumento 02: entrevistas em profundidade com membros da comunidade educacional (nas funções docente, técnico-administrativa, coordenação e direção) das seis escolas escolhidas, assim como com os alunos que se mostraram interessados em discutir a temática da autoridade a fim de definir os aspectos a serem aprofundados.

Instrumento 03: sessões de grupo focal, com os alunos aos quais foi aplicado o instrumento 02 a fim de explorar com mais clareza e precisão a compreensão dos conteúdos dos discursos e a posterior identificação dos fatores que

influenciam no reconhecimento das figuras de autoridade no ambiente educacional.

De acordo com Cannel & Kahn (1989), o questionário, assim como as entrevistas, são poderosos instrumentos de investigação social. O primeiro instrumento tem como propósito principal “traduzir os objetivos da investigação em perguntas específicas cujas propostas proporcionarão os dados necessários para comprovar as hipóteses” (pág. 321). O segundo se apresenta como adequado para reunir dados vinculados à subjetividade dos sujeitos relativos às atitudes e percepções particulares, promovendo, a partir de uma progressão lógica tributária de um rigoroso ordenamento de sua perguntas, a apreensão do núcleo de sentido relativo aos dados coletados.

Quanto à técnica de Grupo Focal, Petracchi (2004) nos informa que este instrumento de coleta de dados ocupa um lugar destacado no conjunto de ferramentas metodológicas de levantamento de dados relativas à investigação de caráter qualitativo propiciando a exploração de um tema a partir de momentos de interação dos participantes em um ambiente específico. De acordo com o autor, o grupo focal é ferramenta útil na exploração de conteúdos referentes às práticas, conhecimentos e opiniões dos sujeitos investigação, revelando as maneiras a partir das quais o sujeito orienta seu pensamento e suas idéias acerca de determinada temática.

4. RESULTADOS

Os 358 questionários aplicados nas seis escolas pesquisadas geraram distintas respostas acerca da representação de autoridade. A partir do tratamento dos dados se pode observar que os jovens estudantes elegeram 40 diferentes termos para designar ‘autoridade’, que vieram a ser classificados em cinco distintas categorias:

1. A Autoridade representada por uma imagem personificada. Nesta categoria encontramos as unidades de análise: Pessoa, pai, mãe, família.
2. A Autoridade representada por uma postura referida à alteridade. Nesta categoria, as unidades de análise foram: respeito, responsabilidade, humildade, referência, atitude, exemplo, proteção, merecimento, justiça, compreensão, caráter e equilíbrio.

3. A autoridade referida às representações relativas à liderança e à organização. Nesta categoria encontramos as unidades de análise: ordem, corrigir, dirigir, liderança, limite, disciplina, capacidade de domínio/ manejo, organização e normas.

4. A Autoridade referida a uma postura de dominação e autoritarismo. Nesta categoria temos como unidades de análise os termos: poder, mandar, superioridade, controle, impor regras, intimidação, privilégio e influência.

A fim de identificar as características mais próximas da representação de autoridade para os jovens pesquisados, trabalhamos os dados coletados no instrumento relativo à metodologia quantitativa, aproximando-os dos dados coletados nas falas dos jovens pela via da técnica de grupo focal. Pela via da aproximação entre os dados dos dois instrumentos, o termo que mais obteve regularidade em sua frequência é o termo “respeito”, que veio a configurar 25,4% de respostas. Aproximando este dado do percentual estatístico de jovens que considerou o termo “responsabilidade” como mais próximo da representação de autoridade (9,7%), alcançamos um total de 35,1% de respostas que aproximam a representação de autoridade como estando ligada a uma atitude de cunho ético.

Assim, foi possível concluir que a identificação das figuras de autoridade, para boa parte dos jovens investigados, caracterizada e descrita igualmente para os casos do Brasil e da Argentina, está associada ao reconhecimento de seus interlocutores em um viés transversal de autoridade - que denote a atitude de aceitação do outro – reconhecendo o direito a voz que subjaz a toda relação de respeito. As respostas dos jovens também apontaram para a identificação com uma figura de autoridade que é referida à alteridade quando elegeram os termos, atitude, exemplo, merecimento, justiça, compreensão, equilíbrio, caráter, proteção e educação (no sentido de tratá-los com amabilidade) como referenciais igualmente importantes relativos à figura de autoridade.

Assim, podemos afirmar que a representação de autoridade apontada pelos jovens, objeto desta pesquisa de campo, se aproxima daquela proposta por Arendt (1960/1992^a) quando propõe vislumbrar a condição de autoridade como uma condição que denota uma desigualdade legitimada pela crença e pela confiança na responsabilidade que se assume ante os mais jovens no sentido de garantir-lhes um lugar no mundo, reconhecendo neles, sujeitos ainda em

crescimento e formação. Importante frisar que os dados coletados em ambos os países apontaram para resultados similares no que concerne às características relativas à condição de autoridade de um adulto.

Desta forma, como valor agregado para os temas mais específicos abordados, defendemos a ideia da necessidade de trabalhar a temática Educação Comparada inscrita no processo de globalização na América do Sul - Mercosul - em especial e com ênfase particular, onde também podem ser referenciados os processos relativos à temática desenvolvidos na Europa por mais de um século, a partir de estudos de Julien de Paris, ou do que já vem ocorrendo há décadas na Universidade de Hong Kong, do Centro de Pesquisa em Educação Comparada (CERC). Vale salientar os programas que promovem a socialização de experiências e saberes tributária da integração das experiências compartilhadas, como as que temos vindo a assistir no Doutorado em Educação pela Universidade Católica de Santa Fe, onde partilhamos (ambos os autores deste artigo), o trabalho relativo à Educação Comparada.

Este é, em nosso entendimento, mais um exemplo de trabalho compartilhado que argentinos e brasileiros vêm desenvolvendo no âmbito acadêmico, o que denota a riqueza das discussões produzidas para além das fronteiras geográficas. Neste sentido, reconhecemos, via praxis, a influência de distintas instituições de ensino, em diferentes âmbitos, em todo o mundo. Ao discutir conjuntamente trabalhos de ambos os países acerca da temática - como o artigo "Continuidade e mudança na educação em geral: influências externas sobre a formação de professores na Argentina e no Brasil" (Beech, 2011) - é possível entrever uma forma de aproximação possível entre estes dois países sulamericanos.

Outro aspecto que acreditamos pode ser uma contribuição, é o significado simbólico que se pretende dar ao processo realizado, já que, embora tenhamos triangulado os dados com outras fontes de informação, a investigação centrou-se nas opiniões expressas dos próprios alunos acerca da ideia de autoridade buscando, para além da identificação dos fatores que influenciam no reconhecimento das figuras de autoridade educacional, identificar o conceito que mais a representa para esta categoria social.

Creemos ter em seguida a tarefa de promover em nossos espaços de discussão compartilhados, a problematização relativa à questão das

resistências de ambos os países, tributárias, em grande parte, das lutas por manutenção do poder decisivo dos órgãos deliberativos estatais influenciados pela gestão das instituições de ensino superior pela manutenção de uma dada hegemonia (reserva de mercado), buscando, assim desvelar as potencialidades relativas à internacionalização da educação em especial no âmbito da América Latina, possibilitando uma discussão mais ampla sobre a temática Educação Comparada.

Para fechamento temporário, parcial, relativo, diremos que pretendemos alcançar algum êxito relativo às representações de autoridade em diferentes contextos - a partir deste viés comparativo - não objetivando a classificação, em termos de julgamento dos dados considerados mais pertinentes. Ao contrário: talvez tenhamos sido auxiliados por algo da condição humana capaz de desvelar uma possível similitude de respostas obtidas em ambos os países abrangidos pelo trabalho de campo. Isto nos faz refletir sobre algo de nossa humanidade que supera as fronteiras geográficas e que encontra eco para além do que possamos categorizar.

5. BIBLIOGRAFIA

- ALPIZAR, I. & BERNAL, M. (2003) La construcción social de las juventudes. Revista Última Década. CIPDA, nº 19. Viña del Mar.
- ALVAREZ-URIA, R. (1999) La escuela y el espíritu del capitalismo. IN: Volver a pensar la educación. Congreso Nacional de Didáctica. Morata. Madrid.
- ARENDETT, H. (1960-1992^a) Qué es autoridad? IN: Entre el pasado y el futuro. Ocho ejercicios sobre la reflexión política. Ediciones Península. Barcelona.
- AZAR, G. & SILAR, M. (2006) Metodología de investigación e técnicas para la Elaboración de tesis. Hispania Libros. Madrid.
- BAUMAN, Z. & TESTER, K. (2001) La ambivalencia de la modernidad y otras conversaciones. Paidós. Barcelona.
- BEECH, J. (2011) "Continuidades y cambios en el campo educativo global. Influencias externas en la formación docente en Argentina y Brasil", IN: CARUSSO M. Y TENORTH, H. (Compiladores) (2011) "Internacionalización. Políticas educativas y reflexión pedagógica en un medio global, Gránica, Buenos Aires.

- BRAY, ADAMSON Y MASON (Compiladores) (2010) "Educación Comparada. Enfoques y Métodos" Gránica. Buenos Aires.
- CANNEL , C. & KAHN, R.(1989) La reunión de datos mediante entrevistas. IN: FESTINGER, L. & KATZ, D. Los metodos de investigación en las Ciencia Sociales. Paidós. Buenos Aires.
- CARUSSO M. Y TENORTH, H. (Compiladores) (2011) "Internacionalización. Políticas educativas y reflexión pedagógica en un medio global, Gránica, Buenos Aires.
- D'AVILA- LEÓN, O. Et all. (2005) Los Deseredados. Trayectoria de vida y nuevas condiciones juveniles. Valparaíso:CIPDA
- CASTILHO, R.M. Construcciones sobre el sujeto de la autoridad para la juventud contemporánea. Tese de Doutorado. Departamento de PostGrado. UCSF, 2010.
- CASTILHO, R.M; ROMÁN, R. M. (2011) "Juventude e autoridade: fatores que influenciam na identificação de figuras de autoridade na contemporaneidade." En. 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia (GO) Consultado em www.sbpcnet.org.br/livro/63ra
- GARCÍA CANCLINI, N. (1995) Consumidores y ciudadanos. Conflictos multiculturales de la globalización. México, Grijalbo.
- (2001-a) La globalización imaginada. México, Paidós.
- (2001 –b) De la multiculturalidad a la ciudadanía global. En Blanco Figueroa, Francisco (coordinador): Cultura y globalización. Universidad de Colima, México,
- GENTILI, P. A falsificação do consenso:simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Vozes, Petrópolis.
- MACHADO PAIS, J. (1990) A construção sociológica da juventude. Análise social. Vol. XXV nº 18.
- MIGNOLO, W.-(2002-a) "Las industrias culturales en la crisis del desarrollo de América Latina" en Encuentros, nº 43, Octubre 2001- Abril 2002. Washington D. C.: Centro Cultural del BID, pp.39-56.
- (2002- b) Entrevista a Walter Mignolo", en Walsh, C, et al., Indisciplinar las ciencias sociales. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Perspectivas desde lo andino, Quito: Abya-Yala, pp. 17-44

- (2003) *Historias locales / diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Akal, Madrid
- (2005). *Globalization and the borders of Latinity. The Latin American Perspectives on Globalization. Ethics, Politics and Alternative Visions*. New York: Bowman and Littlefield. pp. 77-101.
- PETRACCI, M. (2004) *Una tecnica de investigación cualitativa: el focus group*. IN: *Metodologías cualitativas en Ciencias Sociales . Modelos y procedimientos de analisis*. Editorial Biblos. Buenos Aires.
- PUIGGROS, Adriana (2010) "De Simón Rodríguez a Paulo Freire. Educación para La integración iberoamericana" Colihue, Buenos Aires.
- SZULIC, D. & KUASÑOSKY, S. (2003) *Desde los márgenes de la juventud*. IN: MARGULIS, M. *La juventud es más que una palabra*. Editorial Biblos. Buenos Aires.